

A teologia subjacente às Escolas de Formação Fé e Política

As Escolas de Formação Fé e Política procuram realizar um projeto que integre dinamicamente a “Fé” e a “Política”, duas dimensões importantes da existência humana. Por isso, destacam-se por seu propósito de propiciarem uma educação política mediada por princípios da fé cristã, tendo dessa maneira um referencial bíblico, espiritual e teológico. Assim, aparecem qualificativos em seus objetivos, tais como “a partir de uma reflexão bíblica, teológica e ética” ou ainda “a partir de princípios éticos e valores evangélicos”, bem como “à luz do Evangelho, da prática da Igreja no Brasil, dos princípios éticos emanados da Doutrina Social da Igreja”, o que configura uma abordagem teológica da formação política, estando aqui seu diferencial em relação a formações oferecidas por Universidades, Partidos Políticos e outras instituições¹.

Os elementos até agora recolhidos do Ensino Social da Igreja e da Teologia latino-americana, mormente da *Gaudium et Spes*, seguindo as indicações da *Evangelii Nuntiandi*, bem como de outros documentos da Doutrina Social da Igreja e do patrimônio teológico, apresentados nos capítulos precedentes, são relevantes para uma formação política. No entanto, como eles se apresentam nas Escolas de Formação Fé e Política? Que ênfases teológicas aparecem? Qual a teologia subjacente?

Para responder a esses questionamentos, será feita uma abordagem das Escolas de Formação Fé e Política, em seus objetivos, programas de formação e conteúdo, bem como em trabalhos realizados nas Escolas e sobre elas, cruzando todos esses dados com os elementos antropológicos, teológico-doutrinários e evangélicos do Ensino Social da Igreja anteriormente delineados, para conferir

¹ Cfr. Regional Nordeste II. Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm. *Folder de divulgação: 1ª Etapa*. Recife: Arquivo da Escola, 2008; Interdiocesano Centro-Oeste/Regional Sul III CNBB. Escola Cristã de Educação Política. *Folder de divulgação*. Santa Maria: Arquivo da Escola, 2007; Diocese de São José dos Campos. Escola de Política e Cidadania. *Folder de divulgação*. São José dos Campos, Arquivo da Escola, 2006.

como eles transparecem nas diversas disciplinas que são oferecidas pelas escolas, bem como nos trabalhos dos alunos e em depoimentos de cursistas.

Pretende-se destacar neste momento da pesquisa o substrato teológico das Escolas de Formação Fé e Política, o que as torna importantes mediações para que a salvação trazida por Jesus Cristo atinja essa dimensão sociopolítica da existência humana, tornando-as, assim, um *locus theologicus*.

6.1.

Uma teologia do engajamento sociopolítico.

A primeira ênfase teológica subjacente às Escolas de Formação Fé e Política poderia ser chamada de “teologia do engajamento sociopolítico”, uma vez que todas as escolas são unânimes em afirmar sua especificidade de engajamento, feita a partir da fé.

O “engajamento” não é uma categoria de análise para as relações Fé e Política, mas uma categoria eminentemente prática. No entanto, o que se percebe nas escolas é uma leitura teológica dessa categoria da realidade. Há, portanto, uma ruptura epistemológica, enquanto se dá um salto qualitativo de uma categoria prática para uma outra, analítica.

A referida leitura teológica é realizada baseando-se em alguns elementos apresentados anteriormente do Ensino Social da Igreja e da Teologia latino-americana, tais como a valorização da atividade cristã transformadora no meio do mundo, a opção preferencial pelos pobres como critério pastoral, e o empenho pela justiça como sendo inerente à fé cristã.

6.1.1.

Fundamentação bíblica e cristológica

Esta teologia fundamenta-se no livro do Êxodo, especialmente em seus primeiros capítulos. Adquire relevo a experiência fundante e paradigmática do povo de Israel, de um Deus que vê seu sofrimento e desce para libertá-los (Ex 3,7-8), que se aproxima deles e comunga com eles, que se envolve na história agindo em seu favor. Esse Deus libertador utiliza-se de mediações humanas para realizar

sua vontade, chamando por isso Moisés para executar seu misterioso desígnio de devolver a esse grupo de escravos a dignidade de povo escolhido (Ex 3,9-10)².

Questionado por Moisés sobre sua identidade, Deus revela-se como uma divindade singular, diferente, quando comparada às divindades da época. A resposta divina à questão mosaica soa como um convite a conhecer a divindade. A expressão *אֶהְיֶה אֲשֶׁר אֶהְיֶה* “Eu sou aquele que sou” (Ex 3,14) é um nome que exprime ação e movimento, denotando a realidade de sua presença ativa e poderosa, de sua intervenção direta e de sua relação dinâmica com seu povo. É porque Ele é o “Eu sou” que pode intervir na vida desse grupo e libertá-los³. Ele não é um Deus ausente, mas um Deus que está, que permanece, que é, de tal maneira que na tradição profética será identificado como *עִמָּנוּ אֵל* *Immanuel*, Deus conosco (Is 7,14).

As Escolas de Formação Fé e Política valorizam a experiência do Êxodo para fundamentar o engajamento sociopolítico. Na Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania (Interdiocesano norte – Regional Sul III da CNBB), o livro do Êxodo é apresentado como fundamento da perspectiva bíblica em relação à política, sendo os capítulos três e quatro apresentados pormenorizadamente⁴. Por sua vez, na Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos (SP), após a apresentação do DVD “A Bíblia ontem e hoje”, segue-se um estudo sobre as implicações políticas da libertação do povo de Israel do Egito e sua relevância para os nossos dias.⁵

A Escola de Política de Ji-Paraná faz uma releitura dos três primeiros capítulos do Êxodo. Destaca-se que a desobediência civil das mulheres hebréias parteiras (Ex 1,15-22) foi tão importante quanto a ação de Moisés, na fidelidade a Javé libertador, porque não antepuseram interesses pessoais ao chamamento libertador. E concluem:

² Esses versículos estão dentro de uma perícope maior, que compreende o texto de Êxodo 3-4,17. Alguns exegetas veem sinais de elementos da teologia javista em Ex 3, 7-8, e da teologia eloísta em Ex 3, 9-10. No entanto, apesar dessas diferenças de fontes, o sentido principal é a constante de Javé se utilizar de mediações humanas. Cfr. CHILDS, Brevard S., *The book of Exodus. A Critical, Theological Commentary*, p. 52-53; MICHAELI, Frank., *Le livre de L'Exode*, p. 46-49.

³ MICHAELI, Frank., *Op. cit.*, p. 50-51.

⁴ Cfr. Escola de Formação Política. *Etapa: Bíblia e Política*. Arquivo da Escola de Passo Fundo (RS): Mimeo, 2000.

⁵ Cfr. Escola de Política e Cidadania. *Bíblia e Política (Roteiro)*. Arquivo da Escola de Política e Cidadania de São José dos Campos (SP), p. 1, 2009, mimeo.

“Nós somos chamados a ouvir o clamor do povo sofrido e a estar em sintonia com Deus, para que nossa ação política coloque efetivamente o povo no centro das atenções”⁶.

Outro fundamento para essa teologia, presente nas Escolas de Formação Fé e Política, pode ser encontrado na prática de Jesus de Nazaré. O documento de Puebla, ao destacar a “Verdade sobre Jesus Cristo”, tem como viés o mistério da encarnação. Assim, os evangelhos sinóticos evidenciam que o Verbo de Deus nasceu e viveu pobre no meio de um povo acabrunhado pelo pecado e pela dor, povo que aguardava o dia da libertação com a chegada do Messias. A essas pessoas, Jesus anunciava o *εὐαγγέλιον* do cumprimento das promessas de Deus: o tempo estava completo, e o Reino de Deus havia chegado (Mc 1, 15)⁷.

As Escolas de Formação Fé e Política evidenciam essa dimensão do Jesus histórico presente nos evangelhos sinóticos. Ele é apresentado em relação de solidariedade com os grupos mais desprezados de seu tempo, demonstrando carinho, aproximação e compromisso. Jesus chama seus discípulos para aceitarem esse compromisso, para fazerem como Ele fez. Por isso, a política deve ser a arte de estar presente no meio do povo, atento às suas necessidades e comungando de sua vida⁸. Alguns cursistas dão o seguinte testemunho:

“Jesus é um bom exemplo de como unir fé e política. Eu diria: influenciar as pessoas a se organizarem e se olharem para buscar um Reino que poderia acontecer aqui. A política, aliada à fé, faz com que a sociedade seja mais justa e mais solidária. Acho que só a fé ou só a política, elas não têm sentido, porém, aliadas, elas podem fazer o bem.”⁹

Percebe-se no depoimento acima uma releitura do evento Jesus Cristo, a partir da política. Não se trata, obviamente, de esvaziar sua divindade, fazendo-o um Messias simplesmente humano (que Jesus sempre rejeitou), mas referenciar a prática política a partir das atitudes, pregação e opções que caracterizaram o Jesus histórico, em sua ação no mundo.

Segundo o Evangelho de João, Jesus, no momento decisivo de sua vida terrena, próximo a sua morte e ressurreição, reza ao Pai uma prece cheia de

⁶ Diocese de Ji-Paraná. *Livro de Atas da Escola de Fé e Política*. Reencontro dos alunos e ex-alunos da Escola de Fé e Política, 06/08/1999. Arquivo da Escola: Livro II, p. 77.

⁷ Celam., *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Documento de Puebla, n. 190, p. 127.

⁸ Cfr. Escola Diocesana de Fé e Política. *Primeiro módulo. Jesus Cristo: Reino, Sociedade e Política*. 29/02/2008 a 03/03/2008. Arquivo da Escola de Leopoldina (MG), Mimeo, 2008.

emoção. Ele não deseja que seus discípulos sejam tirados do mundo, mas que se conservem na verdade (Jo 17,15). O “mundo” é, assim, para ele, espaço onde o amor do Pai deve ser anunciado em uma *práxis* de justiça, de bondade, de graça, de paz, de libertação e salvação; o mundo é, ainda, o espaço onde o testemunho das obras dos seus discípulos têm que re-criar constantemente a utopia de uma convivência humana baseada nos valores do Reino de Deus, até o fim dos tempos¹⁰.

Nas Escolas de Formação Fé e Política, essa característica é apresentada através da valorização da presença cristã em meio às realidades sociopolíticas. De fato, todas as escolas são concordes em apresentar em seus objetivos o propósito de fomentarem o engajamento do cristão no meio do mundo produzindo obras, rompendo com a tradicional *fuga mundi* que caracterizou a fé cristã em outros tempos.

A fé possui uma dimensão fundamental que são as “obras”, pois ela é mediatizada pela caridade, pelo serviço desinteressado ao outro. De acordo com a mensagem do Novo Testamento, a fé opera através da caridade (Gl 5,6) e, sem obras, é morta em si mesma (Tg 2,14-18). A hermenêutica dessa caridade é feita nas Escolas de Formação Fé e Política através da disciplina “cidadania”. Ela aparece com denominações diferentes nas diversas escolas: “Cidadania e transformação social”, “Cidadania e libertação”, “Cidadania, ética e o chamado à política”, “Cidadania e gênero”, “Ação do cristão na sociedade”, “Exigências éticas para o agir cristão”, “Igreja em ação”, “Direitos humanos” e “Prática transformadora da realidade”¹¹, mas todas querem destacar o engajamento social do cristão, movido pela fé.

6.1.2.

A cidadania como hermenêutica da teologia do engajamento

O paradigma moderno da cidadania, nascido conceitualmente em consequência da falência do mundo feudal e em contraposição ao rurícola que o

⁹ Citado em: SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plumm*, p. 109.

¹⁰ FREITAS, Maria Carmelita. *Cidadania e Testemunho*. **Horizonte Teológico** 6 (2004), p. 6.

¹¹ Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

caracterizava, apresenta-se como elemento fundamental para a compreensão de uma fé que deseja se projetar sobre a realidade social. Certamente essa é uma questão central nas Escolas de Formação Fé e Política, aparecendo inclusive em sua denominação e relacionando essa dimensão com a fé e a evangelização¹². Cumpre explicar primeiro esta categoria, na qual se observa a construção de várias abordagens: histórico-jurídico, natural e, principalmente, política, no sentido de visões do processo de mudança e transformação da sociedade, sendo esse relevante para as Escolas de Formação Fé e Política.

A questão da cidadania, enquanto ação política, tem suas raízes nos primórdios da civilização ocidental, a partir dos paradigmas grego e romano. No primeiro paradigma, malgrado a exclusão de estrangeiros, escravos e mulheres, a atividade política desenvolvia-se como gestão da coisa pública, em que buscar o bem da *pólis*, ao invés do individual, era considerado uma virtude cívica. A autoridade do soberano passava por leis definidas pela assembleia dos cidadãos, espaço onde se desenvolveriam as discussões em torno das coisas públicas. Assim, a participação efetiva era a mediação para o exercício da gestão pública.

No segundo paradigma, referente aos romanos, essa gestão transfere-se para a instituição em que ela se realiza, em uma esfera autônoma da sociedade, que é o Estado. Com isso, a política institucionaliza-se e se torna prerrogativa de um pequeno grupo dirigente, despolitizando o cotidiano, isto é, excluindo o cidadão da administração da *res publica*¹³. Na configuração do pensamento político ocidental, utilizaram-se os conceitos do primeiro paradigma, mas a realização concreta repercutiu o segundo. Por isso, a urgência de se cruzar os dois modelos, desalienando a política e aproximando-a da vida dos cidadãos.

Como se vê, o conceito de “cidadania” é polissêmico, pois para situá-lo pode se tomar um viés conceitual ou político; um viés jurídico, a partir da noção de direitos e deveres; um viés natural; ou ainda um viés ético-político. Nesse último sentido, que se julga pertinente a esta pesquisa, a cidadania apresenta-se sob o seguinte aspecto:

¹² A escola de São José dos Campos (SP), por exemplo, se denomina “Escola de Política e Cidadania” e aponta a ‘cidadania’ em seus objetivos específicos. Cfr. Diocese de São José dos Campos. Escola de Política e Cidadania. *Folder de divulgação*. São José dos Campos, Arquivo da Escola, 2006.

¹³ Cfr. DIETRICH, Luiz José. *Cidadania. Resgatar a dignidade de ser*. **RIBLA** 32 (1999), p. 21-24.

“Mobilização concreta pela promoção da vida e pela construção de estruturas voltadas para o bem-estar da maioria. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, de crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós”.¹⁴

Nas Escolas de Formação Fé e Política, a hermenêutica da teologia do engajamento sociopolítico é feita através da cidadania neste sentido, apresentando, no entanto, diversos matizes teológicos. O primeiro é de cunho bíblico, contemplando tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, aspecto presente em quase todos os programas das escolas. A fé no Deus que se revela se expressa através de comportamentos no âmbito das relações humanas. Por isso, na Sagrada Escritura encontram-se, de fato, preciosas indicações para uma reflexão sobre a cidadania, embora não se encontre aí tal terminologia.

A proto-história javista (Gn 2,4b-3,4) narra o projeto de Deus para sua criação como um paraíso, integração, realização e “democracia cósmica”. Revela ainda que o exercício da liberdade tem suas ambiguidades; corre-se o risco de ser egoísta, da busca exclusiva dos interesses particulares, que é a origem de todos os pecados do mundo. Além do alcance teológico, esta passagem mostra também a perspectiva ética e política na formação e na postura das pessoas, na responsabilidade e no risco que cada um tem pela construção do bem comum¹⁵.

A história da salvação, narrada especialmente no Antigo Testamento, é uma história de construção da cidadania. Abraão é chamado a constituir um povo, que será herdeiro de suas promessas e povo eleito de Javé. Moisés sela uma aliança libertadora com o Senhor, resgatando seu povo da escravidão e devolvendo-lhe a liberdade. Além disso, estabelece leis que garantam a justiça e evitem a exploração, como o perdão das dívidas e a redistribuição das terras. E quando isso não é praticado, surgem os profetas, que proclamam com coragem o direito, a justiça e a paz, chamando o povo à santidade original¹⁶.

Este aspecto bíblico está presente nas Escolas de Formação Fé e Política. Por exemplo, o segundo módulo do curso da Escola Pe. Humberto Plumm, quando se aborda o Antigo Testamento na perspectiva do sonho de Deus de

¹⁴ JUNIOR, João Luiz Correia. *Cidadania : uma postura de vida coerente com a Palavra de Deus. Estudos Bíblicos* 79 (2003/3), p. 11.

¹⁵ AMADO, Wolmir. *Cidadania, Construção e Compromisso do Cristão. Fragmentos de Cultura* 6 (20), p. 86.

¹⁶ Id., p. 87.

construir um povo solidário e fraterno, a serviço da vida plena, na justiça e na equidade, ilustra bem este aspecto¹⁷.

No Novo Testamento, importa destacar o texto em que Paulo exorta os filipenses a viver uma vida digna do evangelho de Cristo (Flp 1,27), utilizando a palavra grega *πολιτεύεσθε*, *politeuesthe*, cuja raiz está no verbo *πολιτεύομαι*, *politeuomai*, que tecnicamente significa “viver, agir, comportar-se como cidadão”¹⁸. É bastante discutido o sentido da utilização dessa palavra por Paulo nessa perícopes. A maioria dos estudiosos entende que ele quer chamar a atenção dos filipenses, que se orgulhavam de serem cidadãos romanos, para tomarem consciência de sua outra cidadania, que é a do Reino de Deus, cujo o parâmetro é o evangelho, o qual deve ser vivido tanto dentro quanto fora da comunidade cristã¹⁹.

As interpretações no sentido técnico da palavra *πολιτεύεσθε*, *politeuesthe*, na frase de Flp 1,27 apresentam-se a partir de dois vieses e são relevantes para essa pesquisa²⁰:

- 1) Paulo afirma que os cristãos não estão fora da vida social. Pelo contrário, estão envolvidos nela e devem participar, tendo como parâmetro o Evangelho.
- 2) Exercendo a cidadania a partir do Evangelho, sua vivência política torna-se um testemunho do amor de Cristo, através de posturas éticas coerentes com o ser cristão.

Ambas as interpretações são importantes para equacionar a presença do cristão no mundo a partir de um viés bíblico, impulsionada por uma fé ativa. Dessa maneira, denotam a necessidade de um marco cristão centrado no meio das atividades temporais, não como algo exógeno à fé, mas como decorrentes dessa.

Outro matiz é de cunho eclesiológico, referindo-se ao papel da Igreja no processo de construção de uma cidadania ativa. Desde Medellín, ela vem acompanhando os novos processos sociais emergentes, dentro de uma pedagogia

¹⁷ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*. Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumemm, p. 245 desta Tese.

¹⁸ ZWETSCH, Roberto E. *Bíblia e Cidadania. Reflexões desprestenciosas sobre um tema candente*. **RIBLA** 32 (1999), p. 17-19.

¹⁹ Cfr. MARTIN, Ralph., *Filipenses. Introdução e comentários*, p. 95; cfr. GNILKA, Joachim., *A Epístola aos Filipenses*, p. 37.

²⁰ Para um detalhamento desse estudo, cfr. ZWETSCH, Roberto E., *Op. cit.*, p. 18-19.

popular exercitada especialmente a partir da prática das comunidades eclesiais de base. É uma Igreja encarnada na história, sensível aos seus desafios e comprometida com as causas sociais. Assim, ela se questiona sobre a visibilidade de seu testemunho e a capacidade de comunicar a Fé, exercer a Caridade e anunciar a Esperança²¹.

A eclesiologia subjacente a essa teologia aproxima-se, portanto, à das comunidades eclesiais de base, onde se faz presente uma dimensão política da fé, a qual estimula a construção de uma sociedade justa e fraterna, motivada por uma utopia comum. Na vida das comunidades, o primeiro momento constitui-se num processo de conscientização em que, à luz da Palavra de Deus, desmascaram-se os ídolos de morte com seu projeto anti-Reino. No segundo momento, vêm a inserção de algumas pessoas, motivadas pela fé experimentada na comunidade e na utopia compartilhada com outros atores sociais, em partidos políticos e sindicatos que sejam convergentes com um projeto libertador de sociedade²².

Dentro, ainda, desse aspecto eclesiológico, são essenciais as iniciativas práticas propiciadas pela instituição eclesial, oferecidas aos cristãos como meios para exercitar uma cidadania ativa, tais como: Campanha da Fraternidade, Grito dos Excluídos, Plebiscito Popular, Semana da Cidadania, Romaria da Terra e da Água, Dia do Trabalhador Rural, entre outras. Tais ações configuram o universo de uma “Igreja em ação”,²³ e apresentam-se como viés institucional para entender a necessidade de uma presença pública da fé cristã no quadro da sociedade pluralista moderna.

O terceiro matiz desse aspecto teológico da cidadania presente nas Escolas de Formação Fé e Política, relevante para a fé cristã, refere-se à *práxis* de Jesus Cristo, que é normativa para os cristãos. Ela é apresentada nos evangelhos sinóticos em três grandes momentos de sua vida: nas controvérsias diversas, nos desmascaramentos dos ídolos e na denúncia dos opressores. Embora tivesse uma

²¹ SOUZA, Luiz Alberto Gomes. *Igreja como instrumento de construção da cidadania*, p. 85-86.

²² GONÇALVES, Paulo Sérgio., *Liberationis Mysterium*, p. 233.

²³ Tal é a proposta da disciplina “Igreja em ação”, da Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos (SP), isto é, conhecer e participar das iniciativas eclesiais em torno de questões candentes de cidadania. Cfr. <http://www.escoladepolitica.org.br/>, link “matérias”, acessado em 09 de julho de 2009.

conotação política, sua intuição fundamental era religiosa, apresentando o Deus da vida e combatendo os ídolos da morte²⁴.

Esse matiz cristológico da cidadania aparece com nomenclaturas diversas nas Escolas de Formação Fé e Política, tais como “Leitura Política da Mensagem Evangélica”, “Jesus, o Reino e Política”, “Cristologia: Jesus Histórico”²⁵, mas o conteúdo central consiste em resgatar elementos para o exercício de uma cidadania ativa, de acordo com a mensagem e, sobretudo, a ação de Jesus.

Nesse sentido, na 5ª etapa da Escola Diocesana de Fé e Política, de Ji-Paraná (RO), onde são abordadas as exigências éticas para o agir cristão, é fortemente acentuada sua identificação com a ação e a mensagem de Jesus Cristo a partir da ternura pelos pequenos e fracos, pobres e doentes, prática essa que se torna emblemática para os cristãos²⁶. Dentro, ainda, dessa perspectiva, o terceiro módulo da Escola Pe. Humberto Plumm destaca a mensagem de Jesus Cristo e sua incidência política, apresentando o modelo do Reino de Deus, centro da utopia cristã²⁷.

No que se refere às fontes para descobrir esses elementos, é abordado especialmente o Evangelho de Marcos. Aí se estuda, nos capítulos iniciais (Mc 1, 2 e 3), com quais pessoas e grupos Jesus se relaciona; o que Ele faz; como as pessoas e grupos reagem à sua mensagem; como Ele reage a essas pessoas e grupos. A partir disso, busca-se construir indicações para uma convivência social, privilegiando os relacionamentos que conduzam a uma autêntica cidadania, e conclui-se com o seguinte:

“Ninguém salva o mundo sozinho; todos têm que trabalhar. Viver é lutar. Não há possibilidade de *conserto* da sociedade sem *concerto* (isto é, todos juntos, afinados)”²⁸.

Outro matiz, de cunho antropológico, refere-se à dignidade da Pessoa Humana. Essa dimensão aparece com diversos nomes nas Escolas: “Direitos Humanos”, “Bioética e sustentabilidade”, “A pessoa humana”, “Compaixão e

²⁴ GONÇALVES, Paulo Sérgio. *Liberationis Mysterium*, p. 168.

²⁵ Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

²⁶ Cfr. Diocese de Ji-Paraná. *Livro de Atas da Escola Diocesana de Fé e Política*. Livro I, p. 23v e 24.

²⁷ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*. Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, p. 247 desta Tese.

²⁸ Escola Diocesana de Fé e Política. *Primeiro módulo. Jesus Cristo: Reino, Sociedade e Política*. 29/02/2008 a 03/03/2008. Arquivo da Escola de Leopoldina (MG), Mimeo, 2008.

indiferença”, “Dignidade humana”, “Bioética e biotecnologias”, “Alternativas para inclusão social”²⁹. Embora com nomes diferentes, essas disciplinas pretendem enfatizar em seu conteúdo a sacralidade do ser humano, ressaltando sua eminente dignidade, fonte de direitos.

Como se sabe, a Organização das Nações Unidas promulgou, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que desde então serve de parâmetro para equacionar o respeito devido a todos os seres humanos. Os legisladores dessa Declaração Universal tiveram por base uma compreensão filosófica da natureza humana. Nas Escolas de Formação Fé e Política, é realizada uma releitura desses direitos à luz do livro do Deuteronômio. A partir dela, deduzem-se biblicamente os direitos universais da pessoa, como liberdade, igualdade e fraternidade, que estão no centro do Deuteronômio, com a intervenção de Javé, resgatando o povo de Israel da escravidão do Egito, estabelecendo um paralelo com a Declaração das Nações Unidas³⁰.

Finalmente, o último matiz da cidadania está na linha da ecologia, embora presente de forma tímida nas Escolas. Esse transparece em disciplinas como “Consciência ética planetária”, “Sustentabilidade”, ou então aparece em seus objetivos gerais ou específicos. Tal dimensão mediatiza-se a partir da “ética do cuidado”, que deve se dirigir a todas as dimensões da existência humana: interpessoal, planetária, ecológica e interior³¹.

A dimensão do engajamento social, ora analisado, remete a uma teologia das relações Fé e Política. É o que se verá a seguir.

²⁹ Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

³⁰ Cfr. Escola de Formação: Fé, Política e Trabalho. Diocese de Caxias do Sul (RS). *Módulo: Bíblia, sonho de Deus. Deuteronômio e Declaração Universal dos Direitos da Pessoa*. In: http://www.diocesedecaxias.org.br/pastoral_fe_trabalho2008.php, acessado em 15 de julho de 2009.

³¹ BOFF, Leonardo., *Saber cuidar: ética do humano*. In: *Subsídio da Escola Cristã de Educação Política. Décima turma (2007)*. Interdiocesano Centro-Oeste Regional Sul III, p. 89-112.

6.2.

A relação Fé e Política, a partir da Teologia latino-americana

Outra ênfase teológica presente nas Escolas de Formação Fé e Política, profundamente ligada à teologia do engajamento social, refere-se à questão “Fé” e “Política”, pois todas pretendem fundamentar positivamente as relações entre essas duas esferas que constituem o universo do humano. Essa tentativa recebe os mais diversos nomes em seu quadro curricular: “Fé e Política na teologia latino-americana”, “Fé e Política”, “Teologia Política”, “Conceitos de Fé e Política”, “Fundamentos éticos e teológicos na política”, “Participação político-partidária das Igrejas”, “Perspectivas eclesiais dos novos movimentos sociais”, “Ensino Social e Política: Santos Padres, Doutrina social da Igreja, CNBB, Celam”³².

É objetivo dessas Escolas demonstrar que essas duas instâncias são conciliáveis, existindo, portanto, uma interpelação recíproca. Assim se expressa um cursista a esse respeito:

“A relação fé e política é muito importante. Não se vai para uma luta se não se acredita. É preciso que a gente tenha fé e com essa fé se busque na política a mudança, a transformação, pois ela em si é alimento para que as coisas possam ser conhecidas, enfrentadas e resolvidas. Buscar transformar atores transformadores na sociedade, esse é o grande papel da escola. A fé e a política articuladas buscam a transformação, e esse é um dos objetivos da escola.”³³

A questão das relações Fé e Política é recente. Ela está profundamente relacionada com a postulação de uma autonomia das esferas que compõem o quadro do humano, entendida na perspectiva da modernidade como separação e até mesmo oposição. O racionalismo que se instaurou a partir de Descartes, juntamente com o positivismo de Augusto Comte e o modelo de ciência que daí nasceu, foram os fautores de um dualismo epistemológico entre “Fé” e “Razão”, que se desdobrou na prática em uma série de outras contraposições, entre elas a “Fé” e a “Política”, grande desafio para a reflexão teológica nas Escolas de Formação Fé e Política.

A reflexão que ajuda a fazer essa articulação entre Fé e Política nas Escolas é a Teologia latino-americana da libertação, tendo como eixo epistemológico o pobre, buscando um modelo de sociedade que o favoreça em todas as suas

³² Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

dimensões: humana, cultural, econômica, política. Assim, a sociedade auspiciada se aproxima do modelo socialista, com rejeição do estilo capitalista neoliberal, tido como irreformável e excludente³⁴.

A Teologia latino-americana ajuda nas Escolas de Formação Fé e Política, em primeiro lugar, pela sua característica de utilizar a mediação sócio-analítica para o conhecimento da realidade, sendo esse exatamente o primeiro momento de sua produção teológica, campo onde se cruza com o interesse das escolas de política. Com o auxílio das ciências sociais, busca-se detectar as causas da situação em que se encontra o pobre e entender esta realidade. Por isso, a reflexão teológica latino-americana emerge da articulação entre a positividade da fé e a realidade histórica dos pobres, sendo que nesse processo a fé tem a primazia determinante. É precisamente essa articulação dialética entre fé e realidade – com a determinação da fé – que há de ser considerada como um fio condutor em todos os passos metodológicos dessa teologia³⁵ e, *a fortiori*, para as Escolas de Formação Fé e Política.

Essa metodologia é pertinente e relevante para uma teologia das relações Fé e Política, enquanto articula dialeticamente Revelação e realidade histórica dos pobres, com primazia determinante da fé e na ótica do oprimido. Ela responde, articulando fé positiva e negatividade histórica, fundamentada no compromisso pela libertação dos pobres na luta, contra a pobreza e no caminhar para o Reino definitivo, como resposta adequada aos sinais dos tempos, articulando as dimensões histórica, pessoal e escatológica³⁶.

Mais concretamente, pode-se dizer que essa metodologia ajuda nas Escolas de Formação Fé e Política nos seguintes aspectos:

- a) relaciona a prática da teologia com a libertação dos oprimidos;
- b) articula a fé e a *práxis*;
- c) incide na *práxis* de transformação social;

³³ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 94.

³⁴ A Escola Diocesana Fé e Política de Ji-Paraná enfatiza, como um de seus objetivos específicos, “capacitar para a prática transformadora do atual modelo, em vista de uma nova sociedade que queremos”. Cfr. Escola Diocesana de Fé e Política. *Folder de divulgação da Escola*. Ji-Paraná: Arquivo da Escola, 2007.

³⁵ GONÇALVES, Paulo Sérgio. *Liberationis Mysterium*, p. 33.

³⁶ Id., p. 32-43

d) parte da fé, possui finalidades pastorais e interliga, num único processo teológico, a fé e a prática.

Essa dimensão de relação Fé e Política, baseada na metodologia da Teologia latino-americana da libertação, evidencia-se na compreensão que os próprios cursistas das Escolas de Formação Fé e Política têm dessa relação e de sua pertinência para seu trabalho pastoral. Assim se expressa um desses:

“O mergulho na realidade à luz dos valores do Evangelho tem me ajudado, dado esperança e sustento na caminhada. O encontro periódico com pessoas que comungam de um mesmo ideal de construção de uma sociedade fraterna e solidária é incentivo importante para não deixar esmorecer e consolidar cada vez mais o meu senso de justiça”³⁷.

Percebe-se no relato acima a valorização da história, da “realidade”, categoria tão importante para a Teologia latino-americana e para o Ensino Social da Igreja, como destacado anteriormente. O militante cristão mergulha na realidade, mas com um diferencial: “à luz do evangelho”. Ele não o faz sozinho, mas em comunhão com outros que crêem no mesmo projeto, o que propicia o alento para continuar sua caminhada.

Em decorrência dessa contribuição metodológica, os alunos das escolas conscientizam-se de que a Fé e a Política são necessárias para concretizar o compromisso cristão a serviço do outro, de maneira que “a Escola Pe. Humberto Plummer une Fé e Política na medida em que esta constitui uma dimensão fundamental para a vivência daquela e a Fé é o horizonte da utopia política”³⁸, de tal modo que a ação política se torna uma mediação para a Fé.

Em segundo lugar, outra contribuição da reflexão teológica latino-americana está na linha de alguns modelos de relação Fé e Política, que repercutem na organização dos objetivos e no conteúdo das escolas, bem como na percepção que os cursistas têm dessa relação. Destacam-se três modelos: o primeiro, de Clodovis Boff, que teve grande influência nas reflexões da Teologia da Libertação, em seu aspecto metodológico; o segundo, de João Batista Libanio, útil para equalizar as contribuições da Fé à Política e vice-versa; finalmente, o terceiro, de Paulo

³⁷ Escola de Fé e Política de Leopoldina. *Em que a Escola de Fé e Política tem contribuído para o desenvolvimento de meu trabalho na comunidade?* Arquivo da Escola: Trabalhos de alunos da Escola Diocesana de Fé e Política de Leopoldina. Wagno da Rocha Antunes, junho de 2009, mimeo.

³⁸ SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummer*, p. 84.

Fernando Carneiro de Andrade, elaborado nos marcos da Campanha da Fraternidade de 1996 sobre “Fraternidade e Política”. Em seguida, apresenta-se cada um deles, com suas repercussões nas Escolas de Formação Fé e Política.

Clodovis Boff defendeu sua Tese Doutoral em *Louvain* em 1976, contribuindo efetivamente para uma epistemologia teológica da libertação (ou do político), com elementos teóricos os quais, segundo Adolphe Gesché, na apresentação dessa obra, nenhum teólogo daí em diante poderia dispensar³⁹. Ele apresenta em seu trabalho três mediações, que se tornaram clássicas na reflexão teológica latino-americana, pelas quais o pensamento teológico trabalha seu objeto: sociopolítica, hermenêutica e prática da fé, uma tematização epistemológica do método da JOC que era “ver, julgar e agir”⁴⁰. No desenvolvimento de seu pensamento, Clodovis explica que o momento propriamente teológico de uma reflexão tem como ponto de partida a fé, sendo o primeiro momento, de leitura da realidade, o momento “pré-teológico”⁴¹.

No que tange especificamente à Fé e Política, ele apresenta quatro modos de relação possível⁴²:

- 1) relação de justaposição entre duas grandezas iguais ou substâncias homogêneas, que traduziria a concepção liberal de religião;
- 2) relação de oposição ou exclusão, que corresponde à visão marxista;
- 3) relação de identidade, que é o modelo do secularismo;
- 4) relação de reciprocidade dialética, entre termos diferentes.

O modelo que, segundo Clodovis, mais se adequa a uma prática teológica é o último, que ele chama de “modelo de Calcedônia”: união sem confusão, distinção sem separação, o modelo da relação recíproca, que é aquele que transparece na *Evangelii Nuntiandi* quando se refere aos laços recíprocos entre libertação e promoção humana⁴³.

O teólogo explica que existe uma relação assimétrica entre “Fé” e “Política”, enquanto a primeira age determinantemente sobre a segunda e produz uma reação. Em outros termos, a Fé tem uma relação específica com a Política,

³⁹ BOFF, Clodovis., *Teologia e Prática*, p. 14.

⁴⁰ Id., p. 27.

⁴¹ Id., *Teoria do Método Teológico*, p. 125-126; 288-295.

⁴² Id., p. 233-235.

⁴³ PAULO VI., *Evangelii Nuntiandi*, n. 31, p. 401.

que ele chama em outros estudos de “dialética com determinante”⁴⁴. Neste, a Fé é o elemento determinante agindo sobre a Política. Assim, há uma relação de continuidade entre Fé e Política, isto é, a Fé leva necessariamente a um compromisso político em prol do bem comum, pois ela mediatiza-se através das obras. No entanto, há um movimento de descontinuidade da Política em relação à Fé, isto é, a prática política não conduz necessariamente a uma opção de fé.

A dimensão mobilizadora da fé é ressaltada em depoimentos de cursistas. Diz um deles:

“Para mim, fé é acreditar, é crer. Eu acho que, quando estamos no trabalho, nós temos que ter essa fé, se colocar na mão de Deus e ter essa entrega a uma vida de ação. Para mim, fé é isso, é ter uma concretização do que você acredita, não sonhando somente, mas se colocando na mão de Deus e partindo para uma ação.”⁴⁵

Outro cursista relata assim sua experiência:

“Vejo a fé como a força e a convicção de que devemos ser anunciadores do reino, ser verdadeiros animadores vivendo a esperança da promessa, também denunciando e confortando. Mesmo hoje quando há tanta descrença, dúvidas, desilusões na política e na religião, creio que devemos ser semeadores de esperança”.⁴⁶

Segundo esses cursistas, a Fé tem uma dimensão fiducial, mas não se esgota nela. Ela traduz-se em um amor concreto, mediado pelo trabalho em prol do outro, numa linha de doação incondicional, sobressaindo-se exatamente a fé na origem desse processo de envolvimento em favor do próximo.

O modelo de Clodovis Boff serviu de referencial teórico para trabalhos acadêmicos sobre as relações entre Fé e Política⁴⁷. Ele tem o mérito de salvaguardar a transcendência e a precedência da Fé em relação à Política, fazendo a articulação dialética entre ambas, a partir da Fé.

⁴⁴ BOFF, Clodovis., *A dimensão teológica da política*. **REB** 38 (150) 1978, p. 244-268; Id., *Comunidades cristãs e política partidária*. **REB** 38 (151) 1978, p. 387-401; Id., *Fé e Política em novos termos*. In: ÂNGELO, Durval (Org.). *Fome e sede de justiça*, p. 25-58; Id., *Fé e Política. Alguns ajustes*. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro (Org.). *Fé e Política: fundamentos*, p. 29-65.

⁴⁵ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 110.

⁴⁶ Citado em HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfoggia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 54.

⁴⁷ Por exemplo: NEUTZLING, Inácio., *Fé e Política: uma leitura teológica da mudança da Igreja no Brasil (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1982, 230p.

Em um trabalho que reúne uma série de estudos teológicos sobre o tema Fé e Política⁴⁸, João Batista Libanio apresenta outro modelo de relação, articulando a Fé e a Política como duas grandezas referenciais que se fecundam mutuamente, aportando uma à outra as riquezas de suas especificidades, também na linha dos laços recíprocos da *Evangelii Nuntiandi*.

Depois de apresentar uma e outra, numa tentativa de enuclear seus conteúdos específicos para assinalar suas diferenças, o teólogo busca uma articulação entre ambas no âmbito da realidade.

Em um primeiro momento, Libanio apresenta o que a Fé aporta à Política. Ele o faz a partir de diversos vieses: filosófico, sociológico e psicológico. Quanto à contribuição em sentido filosófico, a Fé oferece um horizonte às utopias humanas, evitando que elas se fechem em uma perspectiva intra-mundana, apresentando a dimensão escatológica da vida. No que tange à sociologia, a Fé questiona toda pretensão da ideologia de se tornar uma totalidade explicativa da realidade, apontando para uma transcendência. Finalmente, em sentido psicológico, a Fé motiva o cristão a se empenhar no serviço da Política e o sustenta nessa missão⁴⁹.

Em um segundo momento, o teólogo inverte os pólos, apresentando as contribuições que a Política aporta à Fé. Ela exerce uma função crítica positiva, quando denuncia uma fé que se ideologiza a serviço da manutenção do *status quo*. Além do mais, a Política serve como uma mediação verificadora da Fé, pois as práticas políticas tornam-se mediações concretas da Fé, embora uma não se reduza à outra⁵⁰.

O teólogo explica que procurou ser “calcedônico”, para salvar a fé da alienação e o compromisso político do ateísmo⁵¹, estando nisso o grande mérito de seu trabalho, além das riquezas que ele acentua na “Fé” e na “Política”, ordenadas uma para a outra.

⁴⁸ LIBANIO, João Batista. *Fé e Política: autonomias específicas e articulações mútuas*. São Paulo, Edições Loyola, 1985, 207p.

⁴⁹ Id., p. 39-53.

⁵⁰ Id., p. 54-68.

⁵¹ Id., p. 70

Esse modelo de articulação, a partir de duas grandezas referenciais que se fecundam mutuamente, transparece no depoimento de cursistas das Escolas de Formação Fé e Política, quando afirmam, por exemplo:

“A fé e a política juntas me fortalecem enquanto pessoa, enquanto cristã; me faz enxergar que está ao lado, o outro”; “A fé e a política fortalecem a vida /.../, a vida e a sociedade também, porque, se você não tem a fé para ajudar a política, você fica uma pessoa quase nula”⁵².

De fato, os cursistas percebem a especificidade da Fé e da Política, reconhecendo que elas podem se fecundar mutuamente, para que o cristão possa se dedicar coerentemente à prática política.

Outro modelo de relação Fé e Política é o desenvolvido por Paulo Fernando Carneiro de Andrade. Na terceira parte de sua Tese Doutoral, cujo tema versou sobre a Teologia da Libertação, o autor busca estabelecer uma relação entre as esferas do progresso humano, libertação e teologia, para responder a várias questões colocadas à fé, especialmente da parte do marxismo⁵³.

O ponto de partida de sua reflexão são as tentativas de articulação dessas esferas, no contexto do Concílio Vaticano II, que o teólogo chama de “escatológica” e “encarnacionista”. Segundo ele, a primeira se caracteriza por desvalorizar o agir humano na transformação do mundo, pois ele está ligado ao mal e qualquer tentativa de mudá-lo está fadada ao fracasso, pois tudo se resolverá com a irrupção do Reino no fim da história. Inversamente, o segundo modelo vê a continuidade entre este mundo e o futuro, garantido pela encarnação do Verbo, sendo que a ação humana contribui para aproximar esse mundo do Reino definitivo. Segundo o teólogo, as duas posições encontraram eco no Vaticano II e nenhuma das duas foi sacralizada como sendo a definitiva⁵⁴.

Na era pós-Conciliar, uma terceira posição firmou-se, especialmente na América Latina, dentro da Teologia da Libertação. É a posição que Paulo Fernando chama de “transcendentalista”, isto é, Deus já opera a salvação na história através de mediações humanas, o que valoriza o agir humano⁵⁵.

⁵² Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummen*, p. 109 e 111.

⁵³ ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *Fé e eficácia*, p. 201-220.

⁵⁴ Id., p. 204-205.

⁵⁵ Id., p. 205.

A partir disso e de uma reflexão sobre a presença do mal nas estruturas sociais, que ele chama de “mal objetivo”, o teólogo estabelece uma relação entre Fé e Política através dos vieses da “ética” e da “escatologia”, caracterizando o agir político como uma ação ético-escatológica. Dessa maneira, a ação do cristão não é somente uma opção ética individual em “praticar o bem e evitar o mal” no mundo da política, ou ainda se munir de boas intenções no exercício do Poder, mas se dirige às estruturas geradoras de exclusão social, para transformá-las e aproximá-las o máximo possível do Reino definitivo⁵⁶.

Essa posição foi a referência teórica do Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996, sobre Fraternidade e Política, um trabalho longamente preparado pela assessoria da CNBB, entre eles o teólogo em questão⁵⁷. Nesse Texto-base, essa reflexão da Tese Doutoral, amadurecida em outros escritos⁵⁸, foi elaborada a partir de dois paradigmas clássicos: Santo Agostinho de Hipona e Santo Tomás de Aquino.

O paradigma agostiniano-platônico busca articular Fé e Política por meio da escatologia. Nesse modelo, a ação política deve fazer com que as estruturas deste mundo se aproximem o máximo possível do Reino definitivo, ainda que de modo provisório e relativo. Por outro lado, o paradigma aristotélico-tomista busca articular Fé e Política através da ética. A política seria um meio para o cristão exercer as exigências éticas de sua fé. O perigo desse modelo é que a política torna-se apenas uma opção possível entre outras que se colocam à disposição do indivíduo para que ele expresse os valores cristãos⁵⁹.

O Texto-base da Campanha da Fraternidade de 1996 procura articular esses dois modelos. O cristão é chamado a participar na vida social, econômica e política de seu país, agindo de acordo com os valores do evangelho, buscando a transformação das estruturas injustas. A política é uma ação ético-escatológica,

⁵⁶ Id., p. 216-218.

⁵⁷ Participaram da reunião para redação do primeiro texto: Padres (Luís Bassegio, Ernanne Pinheiro, Elias Della Giustina); Leigos que exerciam mandato (Plínio de Arruda Sampaio, Tilden Santiago e Durval Ângelo de Andrade); Juristas (José Geraldo de Souza e Melilo Diniz); Economistas (Romeu Padilha e Guilherme Delgado); Teólogo (Paulo Fernando Carneiro de Andrade). Fonte: *Arquivo sobre a Campanha da Fraternidade de 1996* (ainda não catalogado): Centro de Documentação e Informação da CNBB.

⁵⁸ ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *A participação política dos cristãos. Critérios teológico-pastorais*. Revista Eclesiástica Brasileira 1994, p. 629-642.

⁵⁹ Cfr. CNBB. *Justiça e Paz se abraçarão. Manual da CF/96*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1995, n. 143-144, p.86.

enquanto permite a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, tornando o mundo mais próximo do Reino de Deus, aumentando a presença da Graça e diminuindo o mal objetivo presente nas estruturas da sociedade⁶⁰.

As “estruturas de pecado”⁶¹ presentes no meio do mundo são a presença do que o teólogo chama de “mal objetivo”. A superação dessas estruturas se coloca, então, como um imperativo evangélico, fruto da graça de Deus, que age através de mediações humanas. A essa tarefa são chamados não somente os cristãos, mas todas as pessoas de boa vontade.

A articulação ético-teológica elaborada por Paulo Fernando é importante, pois une e articula duas grandezas da fé cristã, que é o *ἔσχατος* (*eschatos*) e o *ἔθος* (*ethos*), a partir do compromisso político, tendo presente as Teologias de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino, respectivamente. Importante ainda salientar que o teólogo equaciona a mudança das estruturas sociais dentro dessa perspectiva ético-escatológica, evitando uma perspectiva voluntarista e individual, dando relevância ao agir político em perspectiva estrutural.

Esse aspecto de relação Fé e Política, que cruza a indignação ética diante da realidade, com as motivações profundas da fé, aparece no depoimento de cursistas das escolas. Assim diz um deles:

“A fé e a política, elas aproximam você da Igreja, porque vivemos numa sociedade de construção coletiva, de busca de transformação social igualitária, de busca da diminuição da desigualdade social; e, com certeza, a Igreja tem um papel muito importante. Então a fé e a política vão ajudar o cristão a lutar por aquilo que é certo na comunidade, e isso a gente encontra na Igreja, estando baseado no evangelho nossas ações.”⁶²

A fé cristã, historicamente, adotou uma conotação intimista e espiritual, diminuindo sua dimensão mobilizadora e transformadora. O modelo de relação Fé e Política, retratado nesse depoimento, evidencia a contribuição das Escolas de Formação Fé e Política, em resgatar a genuinidade cristã da fé.

Por fim, além da metodologia e de alguns modelos, a Teologia latino-americana também contribui para uma reflexão situada sobre Jesus e seu projeto para o mundo, bem como para uma espiritualidade militante, na qual a Fé é

⁶⁰ Id., n. 152, p. 88.

⁶¹ JOÃO PAULO II., *Sollicitudo rei socialis*, n. 36, p. 518; *Centesimus Annus*, n. 39 e 59, p. 710 e 738.

motivação para a ação política. Essas são duas abordagens teológicas importantes que estão presentes nos conteúdos das escolas e permitem uma discussão sobre as relações Fé e Política. É o que se verá a seguir.

6.2.1.

A cristologia como mediação da articulação Fé e Política

Nas Escolas de Formação Fé e Política, a articulação teológica entre fé e compromisso político faz-se principalmente a partir de uma impostação cristológica, com a centralidade do Reino. Isso está presente no conteúdo de disciplinas como “Leitura política da mensagem evangélica”, “Jesus, o Reino e a Política”, “Cristologia: Jesus histórico”⁶³. Em todas elas, a pregação e a prática de Jesus são paradigmáticas para uma leitura das relações Fé e Política e para a *práxis* do cristão.

Olhando o programas das escolas, percebe-se a referência ao Jesus histórico, situado no contexto da Palestina de seu tempo e profundamente presente no meio do povo. Suas atitudes com relação aos excluídos e sua posição diante da Lei, do Templo e das instituições judaicas é relevante para a se estabelecer um nexo entre Fé e Política, dentro das escolas. Isto é assim expresso pelos cursistas:

“Quando nos aprofundamos no evangelho de Jesus Cristo, não podemos deixar de lutar. Lutar para que as coisas não sejam contrárias ao seu projeto: um projeto divino para todos. E, se unirmos nossa luta, chegaremos a ter um mundo melhor, uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa e mais fraterna. Isso tudo é fé.”⁶⁴

Outro cursista se referiu da seguinte maneira sobre a experiência do contato com Jesus histórico:

“A EPC me motivou e me motiva para poder entender que o evangelho fala de um Cristo libertador; que é um imperativo retomar essa visão libertadora da fé e ajudar aos nossos irmãos a soltar as amarras da opressão econômica, cultural e religiosa.”⁶⁵

⁶² Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 113.

⁶³ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁶⁴ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 114.

⁶⁵ Citado em HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfogliá., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 54.

Os evangelhos sinóticos servem de referência a essa perspectiva. O texto de Marcos 6, 30-44 é utilizado para explicar a atitude de Jesus diante da fome do povo, e, como desafia seus discípulos a responderem a essa problemática, utilizando seus poucos recursos e a organização do povo. Outro texto estudado para aprofundar os aspectos cristológicos da relação Fé e Política nesse viés cristológico é o evangelho de Mateus 5, 1-12, no qual se destacam as exigências para os discípulos e as consequências da prática da justiça⁶⁶.

Dentro ainda dessa perspectiva, adquire relevo no conteúdo das Escolas a pregação de Jesus sobre o Reino de Deus, mas em chave escatológica⁶⁷. Esse não é entendido como algo que somente se realizará na vida eterna, mas como algo presente desde já na negatividade da história, atuante nela pela pessoa de Jesus, o que deve ser continuado pelos seus discípulos.

Jesus, portanto, não pregou a si mesmo, nem um conjunto de regras rígidas, mas ofereceu uma proposta: o Reino de Deus. Dentro de sua lógica, o poder é serviço e doação da vida, sem espaço para os interesses particulares. Isso implica diversidade de funções, mas igualdade de dignidade, sendo recriminada todo tipo de competição sobre “quem é o maior” (Lc 22,24-27).

A partir do Reino, tecem-se teias novas de relacionamento social, baseadas na liberdade e no respeito mútuo, simetricamente opostas ao que a sociedade oferece. Por isso, o Reino comporta uma exigência forte de “conversão” às suas exigências, para que ele seja mediado na história pelo agir cristão.

A centralidade do Reino aparece nos depoimentos dos cursistas, tal como se segue:

“Não consigo encontrar uma outra dimensão [*para articular fé e política*] maior que o Reino de Deus. Nessa dimensão, há o fortalecimento na caminhada da humanidade; há a possibilidade da construção de um mundo novo, uma construção de um mundo que, inclusive, já existe. Logo, se continuarmos insistindo nessa relação, nessa dimensão, nesse fortalecimento fé e política caminhando juntas, ganha a humanidade, pois esta se fortalece.”⁶⁸

⁶⁶ Cfr. Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania (Interdiocesano norte – Regional Sul III da CNBB). Diocese de Passo Fundo. *Segunda etapa. A prática política à luz do Ensino social e da Bíblia*. Arquivo da Escola de Passo Fundo: 28 e 29/07/2006, mimeo.

⁶⁷ Id., *Segunda etapa. O Reino de Deus: Meta e exigência*. Arquivo da Escola de Passo Fundo: 28 e 29/07/2006, mimeo.

⁶⁸ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 92.

Dentro das escolas, portanto, está presente um viés escatológico para conjugar Fé e Política, representado pelo Reino de Deus, que deve ser construído desde já a partir de seus valores fundamentais: amor, vida, justiça e paz, contrapondo-se ao anti-Reino, entendido como as estruturas de pecado presentes na sociedade, que devem ser superadas.

Por fim, na releitura das Escolas de Formação Fé e Política, a morte de Jesus adquire outra perspectiva. Ela não é vista como fatalidade, erro estratégico ou inexorabilidade, mas sim como consequência de uma vida que foi doada a todos e foi fiel até o fim. Nesse sentido, destaca-se sua dimensão político-religiosa, tendo como causa histórica a supremacia da ordem estabelecida e, como finalidade teológica, a doação até fim⁶⁹.

Esta dimensão cristológica, especialmente a partir do Reino, ajuda a configurar uma mística, que a seu modo articulam a Fé e a Política na formação oferecida pelas Escolas. É o que se verá em seguida.

6.2.2.

A mística como um momento forte da relação Fé e Política

Outra vertente de uma teologia das relações Fé e Política é a mística, presente nas Escolas com diferentes nomes. Às vezes é chamada “Mística da militância”, “Espiritualidade e Mística”, “Espiritualidade política” ou “Espiritualidade e pluralidade religiosa”, mas o objetivo é o mesmo, isto é, integrar a *fides* enquanto experiência do Mistério, com o engajamento sociopolítico, para evidenciar que um aspecto não anula o outro. Por exemplo, na Escola de Ji-Paraná (RO), na 6ª etapa do curso, em que se abordam a mística e a espiritualidade, esse aspecto foi salientado no contexto da utopia do Reino de Deus; e, baseado nele, buscou-se configurar uma espiritualidade libertadora, que poderia responder efetivamente aos “porquês” que a realidade levanta para a fé dos cristãos⁷⁰. Na Escola de Formação Fé, Política e Trabalho, de Caxias do Sul, esta dimensão está evidenciada em um dos seus objetivos específicos, que é a de

⁶⁹ Cfr. Escola Diocesana de Educação Política. *Fundamentos teológicos*. Arquivo da Escola de Limeira (SP), s/d, mimeo; TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. *A Escola Diocesana de Educação Política da Diocese de Limeira - EDEP. Uma análise sociológica. Fragmentos de Cultura* vol. 9 (5) 1999, 14ª a 16ª aulas, p. 1034.

⁷⁰ Diocese de Ji-Paraná. *Livro de Atas da Escola Diocesana de Fé e Política*. Livro I, p. 41v e 42.

proporcionar às Pastorais Sociais uma espiritualidade encarnada, a partir dos desafios da realidade local⁷¹.

Na configuração dessa espiritualidade, adquirem relevo a força e a autoridade da pregação dos profetas, fundamentadas em sua profunda “experiência pessoal de Deus”. As Escolas de Formação Fé e Política argumentam que o fundamento dessa pregação é duplo: a “Aliança” e a “Experiência de Deus” como libertador e Deus da história. Nesse sentido, os profetas são ao mesmo tempo Místicos e Políticos⁷².

Essa teologia é veiculada também pelos momentos de espiritualidade vivenciados nessas escolas e que se manifestam em momentos especiais, tais como: pela manhã, em forma de celebração da vida, geralmente campal, com símbolos da caminhada e textos bíblicos especialmente escolhidos; o mesmo por ocasião da celebração da Eucaristia, preparada sempre com esmero por uma equipe de liturgia *ad hoc*, composta por cursistas, que trazem a riqueza da celebração de suas comunidades, procurando sempre integrar fé e vida, a partir do compromisso político.

Por exemplo, a Diocese de Ji-Paraná relata que na oração inicial da quinta etapa da 6ª turma os participantes foram convidados a rezar em meio as árvores, a partir dos quatro elementos da natureza: terra, ar, fogo e água. Por sua vez, a Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania, fez um momento de mística a partir dos Profetas, destacando sua incidência na realidade⁷³.

Essa dimensão é veiculada também através dos objetivos das escolas, tanto nos gerais quanto nos específicos. É objetivo das escolas cultivar a mística cristã para fundamentar a atuação social, a partir de uma espiritualidade libertadora. Com isso, quer se fomentar o profetismo na perspectiva da evangelização popular, para que os leigos sejam agentes de transformação por causa de sua fé.

A dimensão da fé enfatizada nessa perspectiva é a *fides qua*, a fé-experiência, a partir do contato com a mensagem e a prática de Jesus, que se torna

⁷¹ Cfr. Escola de Formação Fé, Política e Trabalho. *Folder de divulgação*. Caxias do Sul: Arquivo da Escola, 2006.

⁷² Cfr. Escola de Política e Cidadania. *Bíblia e Política (Roteiro)*. Arquivo da Escola de Política e Cidadania de São José dos Campos (SP), Mimeo, 2009, p. 2.

⁷³ Cfr. Diocese de Ji-Paraná. *Livro de Atas da Escola Diocesana de Fé e Política*, Livro I, p. 22v.; Escola Cristã de Formação: Ética, Política e Cidadania. *Mística sobre o papel do profeta na comunidade cristã*. Passo Fundo: Arquivo da Escola: Mimeo, 1999.

motivação e critério para o agir político do cristão, configurando uma espiritualidade do seguimento, pois ser cristão é cultivar uma relação pessoal com Jesus, e sua causa, pois Ele não pediu adoração, aclamação ou choro, mas “seguimento”⁷⁴.

Nesse sentido, adquire relevância a *fides quae*, enquanto conhecimento do Jesus histórico e de sua *práxis*, não como teoria, mas como um *intellectus amoris*, isto é, como um saber que não fica somente em princípios, mas que move à compaixão e ao compromisso com a causa do pobre.

Uma fé assim amadurecida e enraizada no Evangelho se expressa na luta pela transformação social, procurando conjugar a experiência do Sagrado com o compromisso político. O depoimento de cursistas da Escola Pe. Humberto Plummén evidenciam essa verdade, quando afirmam:

“Não acredito em quem tem a vida só de ação e não tem a vida de oração. A ação mantém a vida de oração e vice-versa”;

“A oração e a ação andam juntas, logo a fé e a política: oração e ação são o que fortifica na minha caminhada.”⁷⁵

“Mística” é uma palavra que pode levar a equívocos, se é compreendida como alienação ou então como algo marginal, acessório à fé, ou ainda como algo acessível somente a um pequeno grupo de seletos. Percebe-se nesses depoimentos como a experiência de fé proporcionada pelas Escolas de Formação Fé e Política é importante para os cursistas, animando-os no empenho sociopolítico. Ela não os afasta das preocupações do mundo, mas exatamente lança-os em direção a ele.

Finalmente, destaca-se de forma nítida nas Escolas de Formação Fé e Política um conteúdo ligado à Doutrina Social da Igreja, em diálogo com a moral social. Isso configura outra ênfase teológica, que será apresentada em seguida.

⁷⁴ Escola de Política e Cidadania. *Bíblia e Política (Roteiro)*. São José dos Campos: Arquivo da Escola, Mimeo, 2009, p. 6, 2009.

⁷⁵ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummén*, p. 83 e 110.

6.3.

Uma teologia moral, de corte social

Outra ênfase teológica presente como perspectiva em todas as Escolas de Formação Fé e Política é a dimensão moral, com corte social. De fato, essas Escolas se propõem a iluminar a vida dos cristãos, à luz da Escritura e dos ensinamentos do Magistério, configurando uma dimensão teológica. No entanto, essa dimensão se debruça sobre as questões sociais e políticas, em meio às quais o cristão é chamado a agir em coerência com sua fé. Por isso, as Escolas não apresentam somente uma dimensão teológica em sentido geral, mas essa dimensão se reveste de características muito específicas.

No centro da problemática das Escolas de Formação Fé e Política está o encontro da mensagem do Evangelho, com os desafios decorrentes da vida econômica, política e social. Amadurecido na comunidade cristã, esse encontro se traduz em um *ethos*, que é vinculante para os cristãos e que pode ser proposto a todas as pessoas que auspiciam uma sociedade justa e fraterna. Essa dimensão moral assume contornos sociais, configurando-se em uma Teologia Moral Social, expressa na Doutrina Social da Igreja.

Os grandes princípios da Moral Social como “Dignidade da Pessoa”, “Direitos Humanos”, “Solidariedade”, “Participação”, “Justiça”, entre outros, estão presentes nas Escolas como perspectiva e também como conteúdo, mediados pelo estudo da Doutrina Social da Igreja, aspecto que se destaca em todas as escolas. A denominação é variada: “Encíclicas Sociais”, “Encíclicas políticas”, “Doutrinas sociais de inspiração cristã”, “Doutrina social: fundamentos”. No entanto, o conteúdo é basicamente o mesmo⁷⁶.

A terminologia “Doutrina Social da Igreja”⁷⁷ refere-se aos “princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes para a ação” hauridos das encíclicas sociais pontifícias dos últimos 120 anos, desde Leão XIII, com a *Rerum Novarum*

⁷⁶ Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*.

⁷⁷ Paulo VI utilizou essa expressão na *Octogesima Adveniens*. Depois, João Paulo II usou a mesma terminologia em seu discurso de abertura da III Conferência Geral do Celam em Puebla e na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, sendo seguido no documento da Sagrada Congregação para Doutrina da Fé sobre a Libertação. Cfr. PAULO VI., *Octogesima Adveniens*, 4: AAS 63 [1971], p. 403-404; JOÃO PAULO II., *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41, AAS 63 [1988], p. 625-631; CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ., *Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação Libertatis Conscientia*, n. 72, p. 55.

(1891), até Bento XVI com a *Caritas in Veritate* (2009), sendo essa terminologia mais restrita em comparação com a perspectiva que se prefere utilizar nessa pesquisa, isto é, “Ensino Social da Igreja”.

O estudo da Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão prática, isto é, quer ser uma motivação para a ação, à luz da fé. Alguns cursistas atestam essa verdade, afirmando que se sentiram motivados a agir socialmente a partir do contato com esse conteúdo. Assim se expressou um deles:

“A partir dos primeiros estudos, senti a necessidade de participar mais ativamente dos órgãos e entidades que cuidam do bem-estar dos cidadãos, na preocupação de melhorar a convivência e a sobrevivência dos meus irmãos mais necessitados. Essa tendência eu sempre tive, porém, agora, com mais consciência e interesse em proporcionar melhores condições de vida às pessoas que me cercam.”⁷⁸

A mesma experiência apareceu no depoimento de cursistas de outras Escolas de Formação Fé e Política quando, após o contato com esse ensinamento social, o cursista sentiu-se interpelado ao engajamento em prol dos outros, seja atuando partidariamente, seja nas diversas esferas da sociedade civil:

“A DSI influenciou e influencia diretamente na minha vida, na medida em que ela propõe e eu assumo o compromisso de levar o evangelho para dentro da vida da comunidade e das políticas públicas de atenção às necessidades da pessoa humana em sua integralidade /.../.”⁷⁹

O ensino e a difusão da Doutrina Social da Igreja visam, sobretudo, “evangelizar o social”⁸⁰, isto é, fazer com que a verdade do Evangelho chegue ao centro das decisões políticas e a todas as esferas sociais que se empenham em promover o bem comum da sociedade, para fazê-la mais conforme ao projeto do Reino de Deus. Nesse sentido, outro cursista deu o seguinte depoimento:

“A enorme identidade que tenho com a ‘linha social’ da Igreja começou a partir do contato com as comunidades eclesiais de base e com o estudo da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII. Depois, na EPC tive oportunidade de conhecer e estudar as demais encíclicas sociais que são fundamentos importantíssimos para a ação social dos cristãos, porque nos exortam a testemunhar a fé que temos em Jesus Cristo em ações concretas que demonstrem solidariedade, caridade, partilha,

⁷⁸ Escola de Fé e Política de Leopoldina. *Em que a Escola de Fé e Política tem contribuído para o desenvolvimento de meu trabalho na comunidade?* Arquivo da Escola: Trabalhos de alunos da Escola Diocesana de Fé e Política de Leopoldina. Regina Cândido Ticon Regazi, junho de 2009, mimeo.

⁷⁹ Citado em HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfoglia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 56.

⁸⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ., *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, n. 63, p. 46.

participação social, cidadania, denúncia e combate aos sinais de morte presentes no nosso cotidiano e também no mundo /.../”⁸¹

Algumas Escolas distribuem esse conteúdo ao longo do percurso formativo, conjuntamente ao das ciências políticas e sociais, não sendo apenas uma etapa, um módulo ou uma disciplina dentro do curso. Desta forma, essas escolas procuram realizar o pedido insistente do Magistério Social em todos os níveis, para que essa Doutrina seja conhecida e se torne a base para a formação social dos leigos. Tal é o caso da Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos (SP), onde o conteúdo de Doutrina Social da Igreja está presente em todos os módulos, através de diversas disciplinas, mas aparece formalmente em um dos módulos como eixo temático⁸².

Em geral, nas Escolas de Formação Fé e Política, os estudantes têm um contato inicial com os aspectos gerais da Doutrina Social da Igreja, tais como definição, fontes e metodologia. Nesse aspecto inicial, salienta-se sobretudo a contribuição dos Santos Padres, com a pregação em torno da destinação universal dos bens da criação. Além disso, são apresentados os grandes princípios de moral social, tais como: bem comum; solidariedade; subsidiariedade; justiça; participação, entre outros.

Em seguida, aborda-se a Doutrina Social da Igreja em seu aspecto histórico, de tal maneira que são apresentadas as diretivas presentes em seus documentos. Algumas escolas utilizam como parâmetro o Concílio Vaticano II, classificando-os em pré-conciliares, conciliares e pós-conciliares. Outras abordam-nos a partir de seu local de produção, dividindo-os entre Universal (Pontifício), Regional (Celam) e Nacional (CNBB). Outras, ainda, classificam-nos a partir de seu conteúdo, entre “encíclicas sociais” e “encíclicas políticas”⁸³.

A eclesiologia que subjaz a esse aspecto evidencia a missão de “evangelização” que a Igreja tem em face do mundo da política, sendo que essa tarefa é especialmente confiada aos leigos, devido à sua índole secular. Assim, o anúncio da Doutrina Social da Igreja torna-se um elemento essencial do anúncio

⁸¹ Citado em HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfaglia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 56.

⁸² Cfr. Anexo 1. *Programas das Escolas de Formação Fé e Política*. Escola de Política e Cidadania, p. 245 desta Tese.

⁸³ Id.

do Evangelho, não podendo ser entendido como algo opcional, irrelevante ou restrito às Pastorais Sociais.

Encontra-se, portanto, claramente definida essa dimensão social da fé como inerente à proclamação da Boa Nova trazida por Jesus Cristo, sendo os leigos os protagonistas dessa ação evangelizadora do social, denotando-se assim uma última ênfase teológica das escolas, isto é, uma Teologia do Laicato, que em seguida se verá.

6.4. O protagonismo dos leigos

Finalmente, a última ênfase teológica observada nas Escolas de Formação Fé e Política refere-se aos leigos. Este é um aspecto que não aparece como disciplina curricular, mas em seus objetivos, sejam esses gerais ou específicos. É mais uma perspectiva que propriamente um conteúdo. Assim, em todas as escolas encontramos expressões como “Formar e capacitar lideranças”; “Formar assessores para as comunidades cristãs, entidades e organizações populares”; “Aprofundar a formação política dos agentes de pastoral e dos militantes cristãos”; “Contribuir para a formação política, ética e cidadã dos cristãos, na perspectiva de uma cultura da solidariedade”; “Formação de cidadãos para um agir político, mais consciente e produtivo nas comunidades”; “Formação de cristão, que seja versado na política, firme na fé, abrindo caminho para evangelização que é vida, que é amor e serviço”, entre outras expressões semelhantes. Os programas e os objetivos das escolas refletem, por isso, as características de uma Igreja engajada socialmente, a partir de uma interação entre fé e vida, à luz da Palavra de Deus, fortemente centradas na Bíblia, especialmente no Evangelho, mas também na mensagem social dos Profetas, mediadas pelas ciências sociais e políticas⁸⁴.

Essa perspectiva das Escolas de Formação Fé e Política é coerente com a teologia presente no Decreto *Apostolicam Actuositatem* do Vaticano II, que afirma a historicidade da salvação e o consequente apostolado que isso implica. A salvação trazida por Jesus Cristo atinge todos os âmbitos que constituem o universo do humano, sendo assim missão da Igreja atuar essa salvação já realizada. Isso se dá especialmente pela presença do cristão leigo, que é ao mesmo tempo fiel e cidadão. Todos os seus atos, quando realizados em consonância com o projeto de Deus, serão uma participação nessa obra salvífica, fazendo frutificar as sementes de salvação presentes no seio da história⁸⁵.

⁸⁴ Cfr apresentação das Escolas de Formação Fé e Política, às p. 68-98 desta Tese.

⁸⁵ VATICANO II., *Decreto Apostolicam Actuositatem*, n. 5 [1350], p. 535.

Embora a mencionada teologia não apareça como disciplina, a metodologia libertadora utilizada nessas escolas, tal como pediam Medellín e outros documentos do Ensino Social da Igreja, faz do leigo o sujeito de sua formação e o educa para a ação transformadora, sendo que há uma insistência crescente nos documentos das Assembleias Gerais do Celam sobre a questão do protagonismo do laicato.

Essa impostação dos últimos documentos do Celam em relação ao laicato, sublinhando seu protagonismo na “nova evangelização”; no entanto, esse precisa ser balizado, pois parece afirmar uma identidade de agentes eclesiais e pastorais nos leigos, ao invés de sua responsabilidade pela transformação social, tão forte em Medellín e Puebla. O foco desse protagonismo laical parece ser, por vezes, a evangelização dos “afastados”, mais do que a transformação do mundo a partir do projeto de Deus⁸⁶.

Essa teologia do laicato subjacente às escolas destaca a responsabilidade dos cristãos leigos no empenho sociopolítico, ora sendo apresentados como “sujeitos” dessa ação, ora como seus “protagonistas”. O que os fundamenta, ontologicamente, é o batismo, pelo qual são incorporados a Cristo e tornam-se sua presença no meio das realidades terrestres, onde sua presença é insubstituível⁸⁷.

Os depoimentos de cursistas das escolas denotam essa verdade. Eles tomam consciência de sua missão e se empenham de verdade em um engajamento social. Assim se expressou um deles:

“A escola veio me fortalecer no meu entendimento religioso; veio confirmar minhas idéias em relação ao valor do leigo; veio me ensinar melhor que todos os leigos são importantes na caminhada da Igreja, ou seja, a Igreja na verdade só existe em função dos leigos./.../ Hoje, minha atuação é bem diferente; não preciso esperar decisão do padre ou que mande fazer alguma coisa. Sei meu compromisso enquanto cristão.”⁸⁸

As Escolas de Formação Fé e Política, em seu esforço de responder aos anseios profundos que os tempos exigem, procura valorizar o leigo na especificidade de sua missão no mundo, e também conscientizá-lo sobre sua

⁸⁶ Cfr. BINGEMER, Maria Clara., *Eclesialidade e Cidadania. O lugar do laicato*. **REB** 268/67 (2007), p. 982-984.

⁸⁷ Cfr. VATICANO II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*, n. 3 [1336], p. 531.

⁸⁸ Citado em SILVA, Lúcia de Fátima Gomes., *A representação social da relação Fé e Política na Escola Pe. Humberto Plummer*, p. 89.

importância na comunidade eclesial, para que possa exercer seu protagonismo no meio da política. Assim relatou outro cursista:

“A EPC ajudou no amadurecimento e encorajamento político, sobretudo na responsabilidade que temos na implantação de um reino de fraternidade e justiça, onde todos possam ter o necessário para a sustentabilidade de suas vidas, como também o valor inalienável da pessoa humana.”⁸⁹

Está presente, na teologia do laicado subjacente a essas escolas, a reflexão desenvolvida por Ives Congar, utilizando o modelo de distinção, buscando uma via média entre uma perspectiva “encarnacionista” e “escatológica”⁹⁰, fortes na reflexão teológica do Concílio. Como consequência dessa imposição das relações Igreja e Mundo, Congar definia o leigo em relação às realidades terrestres, enquanto o sacerdote era relacionado à missão espiritual da Igreja. Embora essa teologia da distinção de planos tivesse superado a distinção jurídica de modelo maritainiano, e apesar das *Retractationes*⁹¹ de Congar, esse modelo permanece incompleto, pois sugere um aspecto dualista. No entanto, é a teologia que se percebe presente na formação das escolas.

Enfim, a política é afirmada nas Escolas de Formação como uma realidade laica, que tem sua autonomia específica, seus meios e seus fins. Por isso, o leigo que está na política não é um “delegado” da Igreja (como na Ação Católica), menos ainda um defensor dos interesses da hierarquia (como dentro de um regime de cristandade). Não precisa responder à Igreja por sua atuação política, embora esteja sempre aberto a uma avaliação ético-pastoral por parte da comunidade eclesial, a partir dos princípios do Ensino Social da Igreja.

⁸⁹ Citado em HONÓRIO, Luiz Henrique Ferfoggia., *Escola de Política e Cidadania da Diocese de São José dos Campos, um novo jeito de fazer política*, p. 50.

⁹⁰ Cfr. BRITO, Ênio José da Costa., *O leigo cristão no mundo e na Igreja*, p. 150.

⁹¹ Partindo do exemplo das *Retractationes* de Agostinho, Congar explicita que a fórmula caricaturizada “ao leigo o temporal e ao sacerdote o espiritual” é uma traição de seu pensamento. Ele afirma que definiu o leigo de maneira positiva, como servindo a Deus e a seu Reino no mundo, mas não quis dizer que a missão do leigo se limite a isto. Cfr. CONGAR, Yves., *Ministères et Communion Ecclésiale*, p. 13.

6.5. Considerações finais

Este capítulo procurou delinear a teologia subjacente às Escolas de Formação Fé e Política, sendo essa propriamente a preocupação desta pesquisa. Tendo o qualificativo “Fé” em sua nomenclatura, essas instituições sociais apresentam um estatuto teórico que as difere de outras instâncias que também se dedicam à formação política, sendo exatamente essa dimensão da transcendência que as torna *sui generis* dentro de sua ordem. As considerações finais serão feitas a partir de duas vertentes: a primeira, de cunho teológico, referente às ênfases teológicas e à Teologia latino-americana subjacente às Escolas de Formação Fé e Política; e a segunda, de cunho formativo, ligado à questão do laicato e transformação social.

1. Dentro da primeira vertente, constatou-se a presença de diversas “ênfases teológicas”, que a seu modo veiculam os elementos destacados no Ensino Social da Igreja como relevantes para uma formação Fé e Política, considerados em seu tríplice aspecto: antropológico, teológico-doutrinal e evangélico. Na prática das escolas, essas esferas aparecem interligadas e profundamente relacionadas, de modo que não se pode descurar um ou outro desses aspectos. Para fins analíticos, procura-se agora cruzá-los com as ênfases teológicas encontradas, para evidenciar como eles são veiculados nas escolas.

A ênfase teológica do engajamento social articula questões importantes do Ensino Social da Igreja, como a sociabilidade humana e o sentido teológico da atividade humana no mundo, onde esta se reveste de uma densidade ética e teológica de transformação social. Nesse aspecto, a relação “Igreja e Mundo” e, *a fortiori*, fé e empenho político, adquirem a relevância que haviam perdido no passado, por uma compreensão maniqueísta da história. Outros aspectos relevantes do Ensino Social da Igreja, como o valor da criação e a centralidade do ser humano no mistério do mundo, também são valorizados nessa ênfase teológica.

Por sua vez, a ênfase nas relações fé e compromisso político, com o auxílio da reflexão dos teólogos latino-americanos, ressalta aspectos importantes do Ensino Social, como a centralidade dos pobres, os direitos humanos e o empenho

pela justiça, mediados pela *práxis* misericordiosa de Jesus e seu anúncio do Reino, que se tornam emblemáticos para uma vivência cristã das realidades políticas.

De outra parte, a ênfase teológica representada pela Doutrina Social da Igreja, no quadro de uma teologia moral social, salienta uma afirmação fundamental na compreensão social da fé, isto é, de que a salvação gratuitamente ofertada em Cristo não se restringe ao “espiritual”, mas implica uma continuidade com a ordem social, entre Fé e Política, não somente em sentido microsocial, mas também dentro de uma perspectiva macroestrutural.

Para completar as ênfases encontradas nas escolas e sua relação com os elementos antropológicos, teológicos e evangélicos do Ensino Social da Igreja, cumpre ainda apresentar uma última, representada pelo “leigo”. Em sua missão, conjugam-se a esperança e a utopia de uma sociedade justa e fraterna, sabendo que ele não age sozinho, mas em comunhão de fé e compromisso com outros que crêem no mesmo ideal. Embora o Reino seja um dom escatológico, aspecto evidenciado no Ensino Social da Igreja, sua ação pode antecipar seus valores e contribuir, de alguma forma, para que a história se prepare para o seu advento.

Ainda nessa vertente, outra constatação importante refere-se ao papel que desempenha a Teologia latino-americana na configuração das Escolas de Formação Fé e Política. A relevância dessa impositação teológica aparece não somente por causa de sua metodologia, mas principalmente pela abordagem que faz das realidades sociais e pela hermenêutica dos elementos do Ensino Social da Igreja, apresentados em chave libertadora e na perspectiva da libertação dos pobres. Pode-se afirmar, por causa disso, que essa é a teologia subjacente às escolas de formação.

O conceito teológico de “libertação” articula nas escolas a dimensão sociopolítica, soteriológica, escatológica e espiritual. Ele está presente como perspectiva que perpassa transversalmente todo o conteúdo das Escolas de Formação Fé e Política, conferindo-lhes uma dimensão profética na linha de construção do Reino de Deus. Nesse sentido, foi importante constatar a importância que se reveste a reflexão sobre o “Jesus histórico” para tematizar essa questão.

Ligada à dimensão cristológica, constatou-se também nas Escolas a preocupação de “evangelizar o social”, o que aparece de forma explícita nos

objetivos de algumas delas, mas está presente transversalmente em todas⁹². “Evangelizar” é colocar a humanidade em contato com a pessoa de Jesus de Nazaré e com sua mensagem de salvação, procurando converter as pessoas e situações que estejam em dissonância com sua proposta salvífica. Isso se concretiza nas Escolas através do anúncio do Reino de Deus e de suas exigências éticas, configurando-se na utopia que as anima em seu empenho evangelizador.

Se todas essas ênfases teológicas estão presentes nos objetivos e programas de formação das Escolas, constata-se a ausência de uma ênfase teológica atual, referente à questão ambiental, sobretudo em sua dimensão de preocupação pela vida do Planeta. Exceto uma ou outra, a maioria das Escolas de Formação Fé e Política não enfatizam a teologia da criação em seus objetivos e programas, evidenciando uma dissociação do âmbito sociopolítico com as questões ambientais.

É importante descobrir um novo modo de se relacionar com o meio ambiente, entendendo o criado como alteridade, também ele sujeito de direitos e de dignidade, conferidos pelo Criador. Às vezes, a legítima preocupação com a transformação da sociedade acaba se sobrepondo a um urgente empenho pela conservação da vida no Planeta. Urge ouvir o grito que sobe do ventre da Mãe Terra.

Outra lacuna teológica observada na Escolas de Formação Fé e Política refere-se a questão dos Direitos Humanos, aspecto ainda não abordado em várias dessas escolas e que constitui-se, sem dúvida, uma temática muito importante, devido à urgência desse tema.

2. A segunda vertente, ligada à questão da formação, evidencia o esforço que se vem fazendo na Igreja do Brasil em prol da educação política do laicato, em vista da transformação das estruturas sociais. Os objetivos, metodologias e programas desenvolvidos pelas escolas, apontam no sentido de que essa formação deve ser múltipla e integral, contemplando os seguintes aspectos:

- valorizar sua índole secular;
- buscar uma formação humana integral;
- alimentar uma espiritualidade própria;

⁹²Cfr. Apresentação das Escolas de Formação Fé e Política, às p. 68-98 desta Tese.

- orientar-se pela Doutrina Social da Igreja;
- partir da realidade;
- motivar à transformação da realidade;
- integrar as dimensões da teoria e da prática.

É possível tipificar essas indicações em torno de três respostas: uma “resposta histórica” aos desafios do mundo de hoje, sendo necessário a mediação das ciências sociais, para que tais desafios sejam evidenciados; uma “resposta eclesial”, para que o compromisso dos leigos seja expressão da presença da Igreja em meio às realidades humanas; uma “resposta teologal”, para que esse compromisso seja expressão da fé vivida e não execução de meras tarefas⁹³.

Muitas vezes, a formação dos leigos se perde em generalidades e acaba se distanciando das exigências concretas do mundo secular. Por isso, as escolas representam um tipo de formação que exige o auxílio das Ciências Sociais e Políticas, bem como da Filosofia e de outras ciências hermêuticas, para que baseado num processo de interdisciplinariedade, essa formação seja de fato integral e a ação seja qualificada.

Há um consenso latente nos programas das Escolas de Formação Fé e Política de que a formação oferecida aos leigos deva ser integral, gradual e permanente, fazendo com que eles participem ativamente do processo formativo, não podendo ser meros espectadores⁹⁴.

Outra constatação é que todas as Escolas de Formação Fé e Política evidenciam em seus objetivos, metodologias e conteúdos, que o leigo é protagonista da transformação social, inserido nos movimentos populares, lutas sociais e partidos políticos por motivações de fé, não por mera causa sociológica. Em vista disso, essas objetivam formar “para” e “a partir da ação”, encontrando-se em todas elas a utilização do método “ver, julgar e agir”⁹⁵, sendo que a fé se apresenta no segundo momento desse método.

Finalmente, as Escolas de Formação Fé e Política, em suas diferentes ênfases, estão conscientes da urgência da macrocaridade, isto é, o imperativo de

⁹³ Cfr. Tipificação apresentada em CALIMAN, Cleto. *A formação dos leigos no magistério da Igreja a partir do Concílio Vaticano II*. In: PINHEIRO, José Ernane (Org.). *Formação dos cristãos leigos. Experiências e reflexão*, p. 52.

⁹⁴ Isso já fora aludido pelo magistério social joaneu. Cfr. JOÃO XXIII. *Encíclica Mater et Magistra*, n. 229, p. 210.

lutar contra as “estruturas de pecado”, que se constituem um anti-sinal do Reino. Elas sabem que, quando essas estruturas são desmontadas e substituídas por formas de convivência mais autênticas, então o Reino de Deus se faz mais presente, ainda que de forma sacramental e tantas vezes anônima. Entendem ainda que, por trás de qualquer ação bem sucedida, que leve à transformação ou à substituição dessas “estruturas de pecado” por estruturas mais justas está presente a Graça de Deus, que agindo através da mediação das ações humanas traz o Reino ao mundo⁹⁶.

⁹⁵ Id., n. 228, 235 e 236; p. 209 e 211.

⁹⁶ ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro., *A participação política dos cristãos. Critérios teológico-pastorais*. **REB** 1994, p. 632.